



Sindjus

Fillado à **OUT/FENAJUFE**

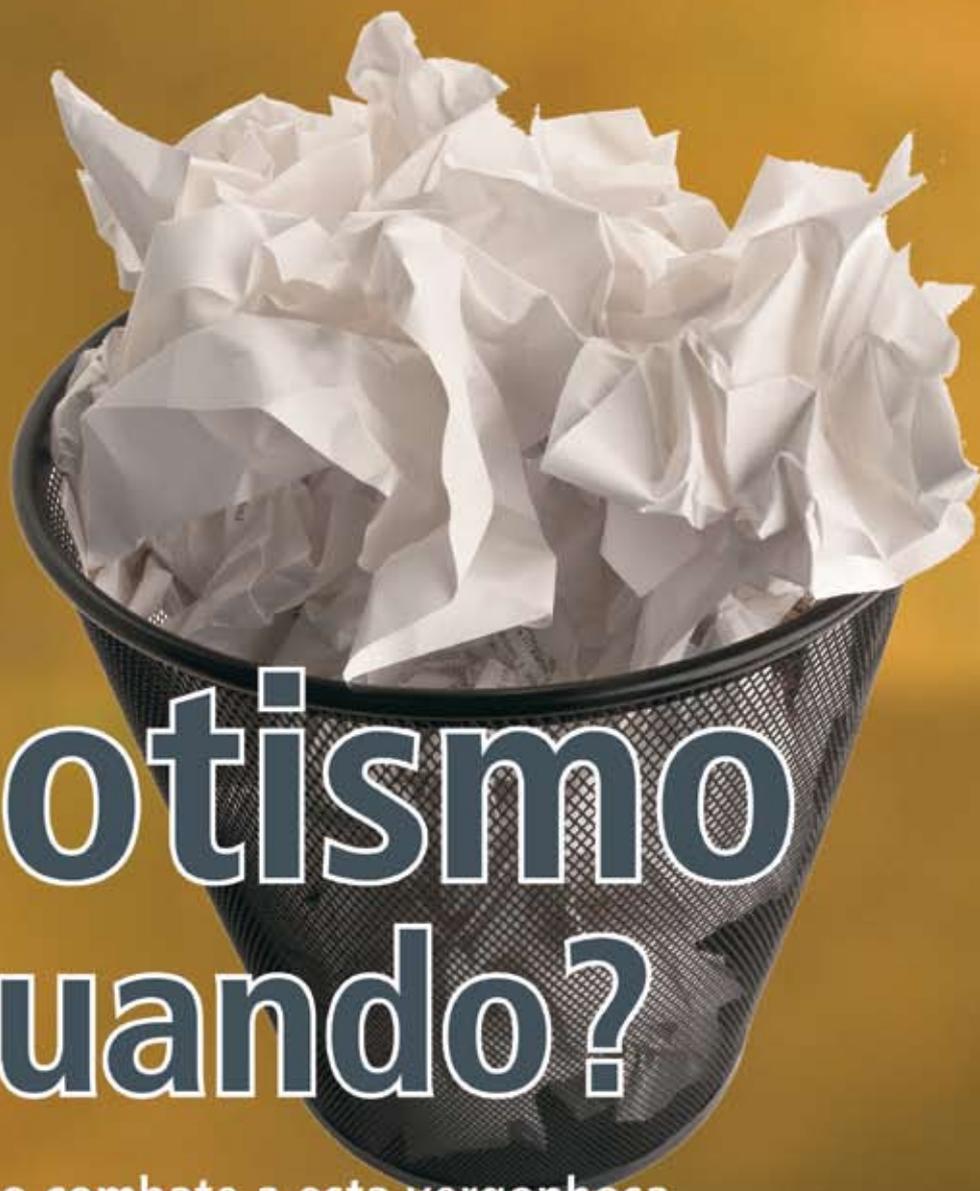
Impresso
Especial

565/2001-DR/BSB
Sindjus-DF

...CORREIOS...

Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do Ministério

Público da União no DF - Ano XV - Nº 30 - Fevereiro de 2006



Nepotismo até quando?

A luta permanente no combate a esta vergonhosa prática pode estar próxima da vitória. A sociedade se organiza e avança. Quando teremos o nepotismo na lata de lixo da história? Págs. 5, 6 e 7

Novas Idéias -
fase final
Págs. 8, 9 e 10

PCS - aprovação
em debate
Págs. 14 e 15

Violência -
saídas e políticas
Págs. 16, 17 e 18



Observar para ver melhor e agir para que a justiça alcance e perceba mais longe

Leia Constituição & Democracia, um caderno especial com artigos livres, de conjuntura, que abordam aspectos e matérias atuais da dinâmica social, política e jurídica. Uma parceria entre o sindicato e o Grupo de Pesquisa Sociedade, Tempo e Direito (STD), da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Um canal aberto com a sociedade e pela cidadania em atuação e análise crítica de uma sociedade plural, complexa, rápida e pulsante como a brasileira.

O Observatório da Constituição e da Democracia e o Sindjus lutam para ampliar a participação da sociedade em sua plenitude, em todas as suas expressões e realidades distintas, sempre pela democratização do Judiciário e do Ministério Público, na diminuição dos abismos sociais contra a injustiça.

*"no mundo do olho por olho dente por dente,
terminares todos cegos e desdentados"*

mahatma gandhi



SDS Ed. Venâncio V Bl. R
Salas 108 a 114
CEP 70393-900 – Brasília – DF
PABX (61) 3224 - 9392
www.sindjusdf.org.br

Coordenadores gerais

Ana Paula Cusinato (MPDFT)
Roberto Policarpo Fagundes (TRT)
Wilson Batista de Araújo (TRE)

Coordenadores

de Administração e Finanças

Berilo José Leão Neto (STJ)
Cleodo de Oliveira Vieira (TRT)
Edilson Franklin Medeiros (TST)

Coordenadores de Assuntos

Jurídicos e Trabalhistas

Antônio Francisco Machado Costa (MPM)
Jailton Mangueira Assis (TJDFT)
Sheila Tinoco Oliveira Fonseca (TJDFT)

Coordenadores de Formação

e Relações Sindicais

Ademário Oliveira Nogueira Filho (TJDFT)
Nilton José Cordeiro Monteiro (TJDFT)
Thayanne Fonseca Pirangi Soares (TSE)

Coordenadores

de Comunicação, Cultura e Lazer

Eliane do Socorro Alves da Silva (TRF)
Valdir Nunes Ferreira (MPF)
Welton Ferreira Damasceno (TJDFT)

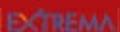
Redator responsável

TT Catalão
Reg. Prof. 685-DF

Assistente

Cynthia de Lacerda Borges

Projeto Gráfico



3033-5255

Tiragem

10.000 exemplares

Um sindicato pela categoria e com a sociedade

Além de lutar pela melhoria das condições de vida e de trabalho de seus filiados, tradicionalmente o Sindjus tem tomado iniciativas de interesse geral da sociedade.

Ao criar o Concurso Novas Idéias para Justiça, por exemplo, espera contribuir com o processo de democratização e modernização do Poder Judiciário e do Ministério Público. Isso vale desde já, pois o concurso, na Categoria Livre, é aberto a qualquer cidadão interessado, de qualquer parte do País, em tornar a Justiça mais acessível.

A parceria estabelecida com o STF, TST e Banco do Brasil no patrocínio do concurso, e a participação do Conselho Nacional de Justiça, da OAB, da CNBB, da Associação Brasileira de Magistrados, da Fenajufe e da UnB na Comissão Julgadora, demonstram a amplitude da iniciativa, que ultrapassa em muito os interesses específicos dos servidores do Judiciário e do MPU no Distrito Federal.

Outras duas iniciativas do Sindjus demonstram a sua preocupação em ampliar os horizontes políticos da categoria que representa, com escopo republicano e caráter nacional.

Uma é a sua luta pioneira contra o nepotismo nos tribunais e nos órgãos do Ministério Público da União. Batalha que, abraçada também por outras entidades respeitáveis como a Anamatra, resultou nas rigorosas determinações do Conselho Nacional da Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

A outra iniciativa, mais recente, é a parceria que o sindicato fez com o Grupo de Pesquisa Sociedade, Tempo e Direito (STD), da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, do qual faz parte o nosso colaborador José Geraldo de Sousa Junior. O Grupo acaba de criar o Observatório da Constituição e da Democracia, que pretende produzir uma publicação mensal com textos críticos sobre a complexa realidade brasileira, levando em conta, com especial atenção, os novos sujeitos de direito, percebidos pela corrente jurídica denominada "Direito Achado na Rua".

Por meio de iniciativas como as três aqui mencionadas, o Sindjus tem se conscientizado de que a missão de um sindicato que representa categoria tão importante como a dos servidores do Judiciário e do MPU não pode ficar limitada às questões salariais ou de carreira.

Se podemos contribuir com o avanço do regime democrático e com as práticas republicanas, e se podemos participar do aperfeiçoamento do sistema judiciário nacional, é o que faremos. Sem medir esforços. ■



José Geraldo de Souza Junior

Professor e ex-diretor da Faculdade de Direito da UnB, coordena o Projeto "O Direito Achado na Rua"

Um Observatório da Constituição e da Democracia

Com o conceito geral de Observatório da Constituição e da Democracia, o Grupo de Pesquisa Sociedade,

Entende-se, portanto, que a atuação dos organismos tradicionais de circulação do poder político – Casas Legislativas, Judiciário, Governo – só pode ser compreendida, analisada e criticada num contexto mais abrangente.

Tempo e Direito (STD), da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília, concebeu e está lançando um Suplemento mensal com o título Constituição & Democracia, encartado, mensalmente, numa das edições dominicais do Jornal Tribuna do Brasil, de Brasília.

Na apresentação do primeiro número, que aparece em fevereiro deste ano de 2006, os coordenadores da proposta entre os quais me incluo, professores que integram o STD, dão o sentido que orienta o Observatório. Trata-se, antes de tudo, de interferir. Um observatório, eles esclarecem, representa uma tentativa de atuação e análise crítica de uma sociedade plural, complexa, rápida e pulsante como a brasileira. Num contexto em que novos sujeitos de direito se afirmam, re-significando o cenário político e procurando inserir demandas por reconhecimento, qualquer observação que tenha compromisso com a seriedade, pluralidade, rigor crítico e independência deve passar por duas construções fundamentais da contemporaneidade: a democracia e a constituição.

No caso do Brasil, e em se tratando de um Observatório da Constituição e da Democracia,

temas carregados de assimetrias e de intercorrências, a observação proposta parte da pressuposição de que os caminhos da sociedade, da política e do direito incluem, necessariamente, a interlocução constante, aberta e livre entre as organizações formais e a sociedade civil. Entende-se, portanto, que a atuação dos organismos tradicionais de circulação do poder político – Casas Legislativas, Judiciário, Governo – só pode ser compreendida, analisada e criticada num contexto mais abrangente. Busca-se, assim, uma dimensão ampliada de observação, que lança seu olhar sobre as trocas comunicativas que ocorrem entre os poderes constituídos e a sociedade civil. A partir desse olhar, pode surgir um panorama muito mais diversificado e intrincado que revelará movimentos de reivindicações de direitos, estratégias de contenção e possibilidades de atuação dos sujeitos sociais no mundo contemporâneo. Daí a importância de voltar a atenção para o papel da mídia, para a dinâmica dos movimentos sociais e para a atuação das entidades não-governamentais.

Para concretizar esta proposta o STD, cuja atuação procura realizar um modelo de interven-

ção acadêmica que alia a orientação para altos estudos com a preocupação de contribuir para a solução dos problemas político-sociais, estabeleceu uma associação natural, para a observação da cena constitucional e democrática com os parceiros promotores deste novo espaço editorial. De um lado, o jornal Tribuna do Brasil, no alargamento de uma cooperação já bem sucedida, por meio de uma coluna semanal UnB/Tribuna do Brasil. O Direito Achado na Rua, iniciada em abril de 2006. De outro lado, organizações sindicais que inicialmente – outras poderão depois a elas se juntar – emprestaram seu selo de patrocínio para este projeto: Fenadados, Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados e Sindicato dos Bancários do Distrito Federal.

Mas, o principal parceiro do projeto é o SindjusDF, entidade política e culturalmente fiel a uma representação sindical que não se esgota no cumprimento de sua agenda corporativa, mas que a amplia pelo compromisso de fortalecimento da cidadania, de democratização do Judiciário e do Ministério Público e de inclusão de todos os brasileiros nos resultados da riqueza socialmente produzida. ■



Reunião do Conselho Nacional de Justiça que proibiu a prática do nepotismo no Poder Judiciário

Nepotismo – A luta histórica contra essa mancha no Judiciário e no MPU

O Sindjus pediu intervenção como amicus curiae na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 12), com pedido de liminar, em favor de Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que proibiu a prática do nepotismo no Poder Judiciário. A ADC 12 foi ajuizada pela Associação dos Magistrados Brasileiros no dia 2 passado. O sindicato, que trava uma luta histórica desde a sua criação contra o nepotismo na Administração Pública, continua defendendo o fim da contratação de parentes em todos os órgãos do Judiciário no país. O combate ao nepotismo ganhou força

depois da criação do CNJ e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), com a Emenda Constitucional 45, aprovada em dezembro de 2004.

Mas não é fácil combater a ira dos desgostosos. Segundo o presidente da Anamatra, José Nilton Pandelot, “O nepotismo está arraigado na cultura do ser humano. A luta será difícil, mas a nossa expectativa é de que, se não for eliminado totalmente, pelo menos seja dificultado ao máximo”, afirmou Pandelot. Ele disse que há nos Tribunais Regionais do Trabalho pelo menos 50 parentes de juízes. Citou que a associação provocou o Ministério Público da União a promo-

ver ações junto ao Tribunal de Contas da União, para exonerar o servidor em cargo de confiança e devolver os valores recebidos.

O Conselheiro do CNJ, Paulo Luiz Neto Lôbo, avisa: se os presidentes dos tribunais não exonerarem esses servidores, o próprio conselho poderá fazê-lo. O prazo limite é dia 12 de fevereiro. E quem descumprir a ordem poderá responder por improbidade administrativa.

Nas contas do conselheiro Paulo Luiz Neto Lôbo, há no mínimo dois mil servidores ocupando cargos em comissão nos tribunais estaduais. Fora aqueles empregados em tribunais federais e superiores. “É um número

Segundo o presidente da Anamatra, José Nilton Pandelot, “O nepotismo está arraigado na cultura do ser humano. A luta será difícil, mas a nossa expectativa é de que, se não for eliminado totalmente, pelo menos seja dificultado ao máximo”.

muito alto. Nos tribunais, os presidentes exigiram dos funcionários, a pedido do Conselho, declaração assinada dizendo se tem ou não parentesco com magistrado”, afirmou. Lobo avisou que se a declaração for mentirosa e se o CNJ ou o órgão tomar conhecimento, o Conselho pedirá ao Ministério Público que represente criminalmente contra o funcionário. “Ele poderá responder por falsidade ideológica”, acrescentou.

Lôbo foi indicado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para representar a categoria e provocou a análise da questão do nepotismo no CNJ. A primeira atitude do conselho foi decidir que os parentes de juízes ocupando cargos na Justiça do Trabalho, nomeados entre 1988 e 1996, deveriam ser exoneros. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) enviou ofício

“A resolução tem sido questionada judicialmente ou insistentemente descumprida por alguns tribunais. Em três unidades da federação, pelo menos 120 liminares foram concedidas a parentes de magistrados que trabalham em tribunais estaduais. Os dados são da Ordem dos Advogados do Brasil.”

para o CNJ em julho divulgando a campanha contra o nepotismo que faz desde 2001, e pediu a anulação da Resolução Administrativa 388/97 do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

A resolução tem sido questionada judicialmente ou insistentemente descumprida por alguns tribunais. Em três unidades da federação, pelo menos 120 liminares foram concedidas a parentes de magistrados que trabalham em tribunais estaduais. Os dados são da Ordem dos Advogados do Brasil. Em Minas Gerais, por exemplo, 68 servidores não concursados e parentes de juízes de primeira instância e do Tribunal de Justiça do estado já foram beneficiados por liminares para se manterem em seus cargos.

No Rio de Janeiro, desembargadores do Tribunal de Justiça do estado impetraram Mandados de Segurança para garantir que os parentes não sejam demitidos. Dos 155 desembargadores do órgão, 44 haviam ajuizado ações desse tipo. Desses, 38 conseguiram liminares contra a demissão. Em Mato Grosso do Sul, de 14 a 16 servidores do Tribunal de Justiça do estado estão amparados por liminar contra a Resolução que veda o nepotismo.

Além das liminares concedidas nos estados, duas ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) já foram propostas no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Resolução nº 07. Uma delas é de autoria do desembargador Elpídio Donizete, da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), que questiona a legitimidade do CNJ e do CNMP para tomar medidas destinadas a acabar com o nepotismo. A entidade alega que o CNJ e o CNMP só têm poder de fiscalização de



Reunião do Conselho Nacional do Ministério Público: aumenta a pressão

atos administrativos das autoridades judiciais, não dispo de competência para fixar critérios em matéria de preenchimento de cargos de confiança.

Caso seja julgada procedente, a ADC 12 não permitirá qualquer questionamento sobre a constitucionalidade da resolução, e confirmará a exoneração de servidores em cargos e funções irregulares. O Sindjus argumenta que o CNJ tem competência constitucional para apreciar a validade dos atos administrativos praticados pelo Poder Judiciário. “Além de ter adotado medidas anteriores pela moralidade na ocupação das funções comissionadas e cargos em comissão, no CNJ o sindicato acompanhou cada etapa da luta contra o nepotismo e fez o possível para que a medida fosse aprovada”, destacou o coordenador do Sindjus, Roberto Policarpo.

Mas o STF não reconheceu a legitimidade da Anamages para impetrar a ação. A outra ADI, encaminhada pela Mesa da Assembléia Legislativa do Mato Grosso, ainda não foi julgada. Os argumentos das duas são iguais, de que o CNJ estaria invadindo a competência do Poder Legislativo.

Pela Resolução nº 07, é considerado nepotismo a nomeação de cônjuges, companheiros e parentes de até terceiro grau, inclusive nas relações de afinidade. Nora e genro, por exemplo. Segundo o coordenador-geral do Sindjus/DF, outra grande preocupação era o nepotismo cruzado, ou seja, a troca de favores entre juízes e tribunais, barrada com a medida. “Um juiz de determinado tribunal não poderá contratar o parente de um colega, visando que este faça o mesmo em recompensa, pois isso caracteriza tentativa de burlar o cumprimento da resolução”, comentou Roberto Policarpo.

Esta Resolução resguardava a aplicação da Lei 9421/96, que criou as carreiras dos servidores do Poder Judiciário. De acordo com o artigo 10 da Lei, está vedada a nomeação ou designação para cargos em comissão e função comissionada de cônjuge, companheiro ou parente até terceiro grau. Mas a Resolução 388/97 fixava regras para a aplicação deste artigo, e estabelecia que todas as nomeações ou designações ocorridas antes da Lei (26 de dezembro de 1996) estariam preservadas sob o fundamento da existência do ato jurídico perfeito.

Atuação do Ministério Público deve ser exemplar, preventiva e repressiva



Antônio Fernando, Procurador Geral da República

O conselheiro do CNMP Hugo Cavalcanti Melo Filho considera que a resistência ao combate ao nepotismo no Ministério Público é menor que no Judiciário. “De um modo geral, os chefes dos Ministérios Públicos estão exonerando parentes. Mas algumas dúvidas surgiram e estamos tentando elucidá-las durante reuniões do conselho”, comentou. A quantidade de parentes existentes no Ministério Público e quantos já foram exonerados só serão disponibilizados nas próximas reuniões do CNMP. A expectativa era que na reunião do dia 6 de fevereiro os números estivessem prontos.

Mas, na avaliação do Sindjus o Ministério Público precisa ter um papel ainda maior no combate ao nepotismo. Sua atuação deve ser tanto preventiva quando repressiva, podendo

começar pela recomendação administrativa indicando a necessidade de não se contratar, passando pela imposição da exoneração de eventuais servidores enquadráveis nas hipóteses de nepotismo, chegando até ao ajuizamento e à promoção de ação civil pública, a fim de que os princípios constitucionais da Administração Pública sejam observados. “Se ao Ministério Público compete promover a defesa da ordem jurídica e, sobretudo, zelar pela defesa do patrimônio público

e pelo patrocínio dos interesses sociais, nada mais importante que seus membros, mostrem maior empenho para que a investidura de cargos em comissão respeite os princípios expostos no artigo 37, “caput”, da CF”, afirmou Policarpo.

Na avaliação do professor Enrique Saravia, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o nepotismo no Judiciário desqualifica o Poder. “Qualquer cidadão brasileiro passa a entrar na administração sem que tenha competência para desempenhar o cargo. Isso atrapalha e tira a qualidade do Judiciário e do MPU”, destacou.

A proibição da contratação de parentes pelo Judiciário e pelo MPU é medida aguardada por toda a sociedade brasileira, capaz de trazer inúmeras vantagens ao Estado brasileiro, tais como reduzir focos de clientelismo, atenuar concessão de favores pessoais ilegais.”

meras vantagens ao Estado brasileiro, tais como reduzir focos de clientelismo, atenuar concessão de favores pessoais ilegais, restringir a excessiva politização e a negociata no provimento de cargos em comissão, incrementar a política de incentivo aos servidores de carreira e, por último, reforçar o combate à corrupção endêmica que insistentemente assola e assombra a Administração Pública.

“A proibição da contratação de parentes pelo Judiciário e pelo MPU é medida aguardada por toda a sociedade brasileira, capaz de trazer inúmeras vantagens ao Estado brasileiro, tais como reduzir focos de clientelismo, atenuar concessão de favores pessoais ilegais.”

SERVIÇO:

Quem tiver conhecimento de casos de nepotismo pode informar ao Sindjus, pelo site www.sindjusdf.org.br, clicando no link “Estamos de Olho”, ou pelo telefone: 3224-9392.

CONCURSO

Prêmio Novas Idéias para a Justiça, do Sindjus/DF, deixa a Justiça mais próxima da participação popular

Hylda Cavalcanti

O concurso Novas Idéias para a Justiça, que está em fase final, revelou duas gratas surpresas: primeiro o número de trabalhos inscritos – 240 no total – que superou a expectativa dos organizadores e comprova a disposição da sociedade civil em sugerir alternativas para deixar a Justiça mais próxima da população por meio da modernização do Judiciário e do MPU. Depois, pelo fato da maioria dos projetos concorrer na categoria livre, formada por pessoas da sociedade que querem contribuir para a melhoria desse Poder.

Para especialistas, a mensagem repassada é direta e clara: a sociedade quer participar do processo de democratização da Justiça, quer contribuir para deixá-la mais ágil e eficiente e tem muito a dizer sobre isso, conforme explica o professor José Geraldo de Sou-

za Júnior, docente da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília (Unb) e vice-presidente da comissão de Ensino Jurídico da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). De acordo com ele,

tal expectativa além de saudável para as instituições, também ajuda na formulação de novas políticas públicas e a enxergar problemas que, muitas vezes, quem está dentro de cada entidade não consegue perceber.

“Em função da distância existente entre as instituições e a sociedade, órgãos que detêm a titularidade de serem o sujeito da iniciativa são incapazes de perceber o significado de determinadas proposições. Concursos como o Novas Idéias servem para superar estas lacunas”, enfatizou.

Segundo José Geraldo - um dos idealizadores do

concurso - algo que distingue a iniciativa do Sindjus é a concepção da premiação, que não leva em conta apenas questões como reaparelhamento ou redistribuição de tribunais e sim, como repensar formas atualizadas de Justiça. “É preciso pensar que a Justiça é algo tão sério que não pode ficar na conta de técnicos, apenas. A motivação do Sindjus parte do pressuposto de que não é possível numa sociedade democrática manter o Judiciário conservador, afastado da participação popular”, destacou.

PRÊMIO
NOVAS IDÉIAS
PARA A JUSTIÇA

IDÉIAS CRIATIVAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO
E MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E
MINISTÉRIO PÚBLICO

Cidadania e participação

Criado pelo sindicato e em sua primeira edição, o concurso Novas Idéias para a Justiça tem como objetivo estimular a participação dos servidores do Judiciário e do Ministério Público na melhoria da qualidade da Justiça, envolvendo a sociedade na elaboração de trabalhos propositivos para a democratização do Judiciário. Dos 239 trabalhos inscritos no total, 54 são monografias, 146 propostas e 39 projetos.

Para se ter idéia da repercussão, premiações já tradicionais que realizarão em 2006 sua terceira edição tiveram procura menor. Foi o caso, por exemplo, do Prêmio Innovare,

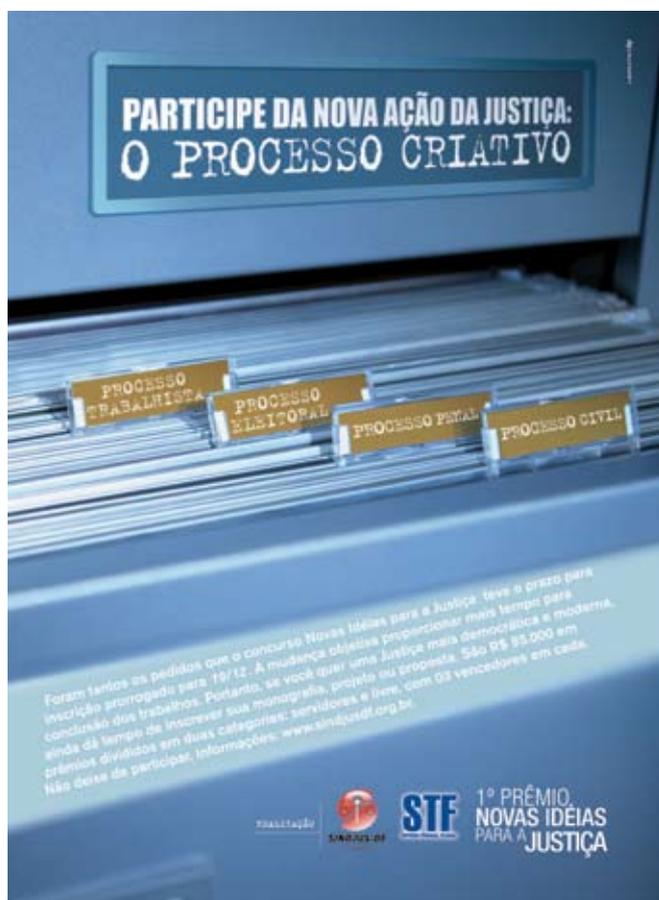
do Ministério da Justiça (que destaca práticas de gestão do Judiciário), que recebeu no ano passado 167 inscrições.

O resultado mostra que a iniciativa do Sindjus/DF na realização do concurso já deu certo, conforme avaliou o professor José Geraldo. “O número de inscrições e a participação em todas as categorias confirmam a disposição do Sindjus de manter sempre uma interlocução com a sociedade civil. O sindicato abriu essa reserva de energia junto às pessoas que é quase utópica. Preencheu uma lacuna para os cidadãos que têm sugestões a fazer mas não pos-

suem um espaço”, afirmou.

O representante da OAB lembrou que o prêmio é particularmente destacado, não só porque abre a possibilidade de trabalhos técnicos com configuração mais acadêmica, objetiva e analítica. Mas também porque as idéias apresentadas poderão ser formuladas e depois desdobradas em instrumentos de concretização por parte das várias instituições. “O Sindjus está contribuindo, com o concurso, para o desenvolvimento da cidadania, o que faz parte de sua plataforma sindical”, acentuou.

“O Sindjus está contribuindo, com a instituição do concurso, para o desenvolvimento da cidadania, o que faz parte de sua plataforma sindical”.



Novos talentos

Já do ponto de vista acadêmico, o concurso além de estimular a participação de servidores e pessoas externas ao Judiciário, abre a porta para o surgimento de talentos na identificação de antigos problemas. Além disso, na ótica da professora de Direito da UnB, Bistra Apostolova, permite abrir a discussão para novas vias que conduzam ao fortalecimento da democracia no País.

Há, ainda, a expectativa de que os trabalhos relacionados venham a alterar de forma positiva e significativa a estrutura e o funcionamento do Poder Judiciário. É o que acredita o juiz trabalhista e membro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Hugo Melo Cavalcanti. “Não tenho dúvida que os tribunais, bem como as entidades de servidores e de juizes, estarão abertos às propostas aqui encaminhadas”, afirmou ele.

Do ponto de vista acadêmico, o concurso além de estimular a participação de servidores e pessoas externas ao Judiciário, abre a porta para o surgimento de talentos na identificação de antigos problemas.

Critérios técnicos

Os projetos inscritos estão, atualmente, sendo analisados pela comissão julgadora, que fará a avaliação seguindo critérios como consistência do texto e pertinência da idéia proposta - que deverá demonstrar condições para implantação. Também serão avaliados fatores como a abordagem social da idéia, considerando a ligação entre o conhecimento científico e tecnológico e os problemas sociais, culturais, econômicos e ambientais.

No tocante à criatividade, os membros da comissão estão verificando o ineditismo de cada

idéia proposta, uma vez que os trabalhos apresentados não podem ter sido implementados anteriormente. E também a capacidade inovadora – no sentido de que os projetos possam sugerir novas atitudes dos servidores, da sociedade e, também, novas ações por parte do Judiciário.

Em relação à mobilização social, os projetos inscritos deverão ser capazes de mobilizar os servidores e sociedade em geral. Serão avaliados, ainda, fatores como clareza dos textos, correção ortográfica e

gramatical. Os valores dos prêmios serão semelhantes para as categorias servidor e livre, de acordo com o tipo de trabalho apresentado.

Os autores das melhores monografias apresentadas para cada categoria receberão prêmio de R\$ 25 mil, cada um. Os melhores projetos, R\$ 15 mil cada um, e as melhores propostas, R\$ 7.500, cada um. O concurso Novas Idéias para a Justiça tem o apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Banco do Brasil.

Trabalhos apresentados

| | |
|----------------------------|-----|
| Número global de inscritos | 239 |
| Monografias | 54 |
| Propostas | 146 |
| Projetos | 39 |

Participação de servidores e público externo (categoria livre)

| | |
|----------------------|---------------|
| Categoria servidores | 90 trabalhos |
| Categoria livre | 150 trabalhos |

Valores dos prêmios para cada categoria

| | |
|------------|---------------|
| Monografia | R\$ 25.000,00 |
| Projeto | R\$ 15.000,00 |
| Proposta | R\$ 7.500,00 |

Datas para resultado e premiação

| | |
|-----------|-----------------------|
| Resultado | No site do Sindjus/DF |
| Premiação | 7 de março |

Uma Rosa para as novas idéias.

Na noite de 7 de março a justiça vai se encontrar com a beleza da voz, violão e magia de Rosa Passos. Na sala de concertos do Memorial JK, às 20 horas, o Sindjus convidou essa baiana-brasiliense internacional para a cerimônia de premiação dos vencedores do 1º Prêmio Novas Idéias para a Justiça.

Uma questão de justiça: um prêmio magnífico só poderia ser celebrado por essa artista profundamente identificada com a cidade. É uma chance rara e inédita para celebrar um Prêmio com tanta receptividade e identificação com o desejo de qualidade e melhoria da sociedade. Pela voz e violão de Rosa Passos os caminhos sempre renovados da criação brasileira. Rosa, hoje, pode ser apresentada como uma das mais sólidas carreiras internacionais entre intérpretes e compositoras brasileiras. Ela recria a bossa nova com um balanço próprio no seu jeito muito especial de compor, interpretar e tocar violão. Intimidade, sofisticação, consciência, solidariedade, simplicidade, competência, lucidez e um profundo amor em tudo o que faz.

Ninguém melhor que Rosa Passos para expressar o sucesso de um Prêmio que consagrou criatividade e paixão pela melhoria da sociedade brasileira. Daí a imensa honra dos organizadores do concurso Novas Idéias para a Justiça que também conta com o apoio do Supremo Tribunal Federal (STF), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e do Banco do Brasil.

Venha compartilhar com o Sindjus esse momento único de sensibilidade e criação: o melhor da arte brasileira presente em Rosa Passos se encontra com as novas idéias para a justiça de um novo país, em permanente construção.



O doutor em Geografia Cultural pela Sorbonne, Felipe Ferreira, em seu excelente O Livro de Ouro do Carnaval (Ediouro, 2004), lembra que foi, paradoxalmente, a própria Igreja Católica, pelo papa Gregório I, em 604, que consolidou a data para marcar a “despedida da carne” ao instituir oficialmente o período de sacrifícios na Quaresma. Seu estudo é abrangente sobre os “muitos carnavais dos diversos brasis” e colabora na percepção de que não há um autêntico carnaval brasileiro, mas diversas expressões que se cruzam, trocam influências e adquirem as caras e bocas dos períodos históricos na estética popular. Muitos afirmam que até o formato adquirido pelas Escolas de Samba, como as conhecemos hoje, em 1920, iniciou a quebra da hierarquia no “brincar carnaval” que era algo bem definido na diferença social: corsos, bailes e grandes sociedades dos mais ricos, blocos de rua para os mais

prazer (mesmo pago e organizado como as verdadeiras empresas que as escolas se tornaram).

Carnavalizar - Mesmo com toda a competição do “qual é o melhor” entre Rio de Janeiro, Olinda, Salvador, Enlameados de Paraty, Papangus de Pernambuco, Repúblicas das Minas Gerais históricas, Guianas, Binche na Bélgica, a parada gay de Berlim, máscaras de Venezuela, New Orleans e o sofá da sua casa, rigorosamente, o melhor carnaval é o melhor feito por cada um. Tudo na mais perfeita desordem da saudável anarquia pelo direito ao prazer que tem muitas faces, não tem padrão e ai de quem tenta colocar crachá na folia. Nesse sentido até meditação e silêncio pode ser uma alternativa ortodoxa de farra.

O estado desagregador e subversivo das hierarquias pode “carnavalizar” o cotidiano. E aí acontecem microcar-

e adotou o nome entrudo: introdução à Quaresma. Seria a lembrança profana das festas pagãs quando no final todos renascerão após a purgação? Pouco importa se tudo começou com um Zé, também Pereira, em 1846. O sapateiro, José Nogueira de Azevedo Paredes que saía às ruas com patricios portugueses e zabumbas nas esbórnias do: “e viva o Zé Pereira/ pois que a ninguém faz mal/ e viva a bebedeira nos dias de carnaval”. O Zé Pereira começou a dar uma cara de carnaval de rua sob um ritmo específico. O que importa é que o carnaval assume a cara de cada tempo. Recebe e digere influências como o melhor documento da nossa capacidade mestiça de manter unidade sem perder a maravilhosa mistura que nos legitima.

Império da orgia - Antes do início da era Cristã, havia na Itália uma festa em homenagem a Saturno chamada

sica. Ô abre alas de Chiquinha Gonzaga tornava-se o primeiro hino do carnaval brasileiro em 1902. Composta para o cordão Rosa de Ouro. Junto com o lundu, o maxixe e o choro um gênero de música brasileira popular ia se alinhavando sob influências das polcas, xotes e valsas. Era um início elaborado que precisava do traço de união com o povo: pelo couro e as batidas do ritmo. O samba. Básico para aos terreiros das tias, onde Ciata é o berço esplêndido.

Qual o ritmo? - Sem ritmo próprio os primeiros carnavais eram dançados com o mesmo que se rodopiava o ano inteiro: quadrilhas, valsas, xotes, maxixes (a partir de 1870), habaneras, polcas e pequenas variações entre um e outro. O Cordão Flor de São Lourenço (1885), o Cordão Prazer da Lua e o Bloco Flor da Primavera também compunham especialmente para desfile. O samba e a

Carnaval

a greve geral mais eufórica do mundo

TT Catalão

pobres. As Escolas cresceram de tal modo que a invasão “de fora” (turistas e classe média) chega a ameaçar o famoso pé-no-chão do samba. Aí a grande mobilidade subversiva do carnaval que desintegra papéis e democratiza o

navais (alguns nada festivos e até constrangedores) o ano inteiro, localizados, toda vez que a bagunça impera e a degradação de um padrão ocorra. O que interessa, mesmo, são os três dias (Bahia e Olinda querem mais) do calendário.

Muitas origens - Se vem do deus grego do prazer Dionysius ou Luperco, ou das festas da fertilidade na Antiguidade, o vínculo mais identificável do estado de espírito carnavalesco está mais associado na celebração da matéria. Se vem do Entrudo, de 1641, — a primeira forma bruta de brincar na rua que acabava em pancadaria, quando seringas cheias de urina, bacias com água suja, limões de cheiro, cera e papel picado ajudava no desabafo geral. Talvez. Entrudo significa Intróito. A festa chegou a Portugal nos séculos XV e XVI

Saturnálias. As divindades da mitologia greco-romana, Baco e Momo, dividiam as honras nos festejos entre os meses de novembro e dezembro. Durante as comemorações havia uma aparente quebra de hierarquia da sociedade, já que escravos, filósofos e tribunos se misturavam em praça pública. Com Júlio César, na expansão do Império Romano, ávido para recompensar a massa guerreira pelas conquistas, as festas tornaram-se mais animais e freqüentes, principalmente quando o imperador voltou do Egito. Era dos bacanais. A procissão do boi Ápis no Egito, séculos anos antes da era cristã, também oferecia esta oportunidade de liberação coletiva.

Ô abre-alas - Só em 1879 viria o primeiro baile público ao ar livre. Em 1885 surgia o primeiro cordão de rua, mais organizado e intencional, com muita crítica popular às autoridades em alegorias e cartazes. Os primeiros blocos de sujo nasceram em 1888. As Sociedades como Tenentes do Diabo (1855), Democráticos (1867), Fenianos (1896), Pierrôs da Caverna (1925) promoveriam grandes bailes em 1900 para dar clima de respeitabilidade ao “brincar carnaval”. Fora das ruas. A mú-

marchinha predominam na brincadeira de rua. Não são únicos. Tem frevo, maracatu, afros, afoxés, suingue de trios etc. Impossível colocar o carnaval em uma redoma tal a profusão de misturas em diversas linhas da “música pra pulá brasileira”. O impacto do maior na estrutura do samba-enredo foi o bum-bum-patitumbum-prugurundum. Esta onomatopéia criada pelos autores do enredo da Império Serrano, Beto sem Braço/Aluísio Machado, em 1982, para dar velocidade ao desfile com mais figurantes — imposição da grana — e atender o tempo comercial da TV. As chanchadas no cinema que “lançavam” as marchinhas e o rádio dos anos 50 foram fatores contribuintes na imortalidade de algumas canções que ainda hoje reinam entre os foliões.

No clima de deboche as paródias sempre tiveram vez. Política presente como em plena ditadura militar, em 1967, cantava-se a Máscara Negra de Zé Ketí e Pereira Matos, alterando a letra para: “Quanto riso ó, quanta alegria, mais de mil meganhas no salão” Ou como se manifestou a Brasília asfiziada sem manifestações de rua no Pacotão, criado pelos jornalistas da Capital. O nome veio do Pacote de abril de 1977 de Ernesto Geisel, que fechou o Congresso,



criou senadores biônicos (que chegavam ao Congresso sem eleição) e instalou as eleições indiretas nos Estados. O governo temia nova vitória da oposição nas eleições do ano seguinte, a exemplo do crescimento do MDB em 1974.

Rua profana - "É hoje só amanhã não tem mais" glorifica a terça-feira gorda de carnaval. Esbórnica total. Alguns entram em desespero pelo fim próximo. As autoridades já tentaram impedir que o povo tomasse as ruas. O medo das elites sempre foi o de perder o controle sobre as massas. A rua ainda é o reduto sagrado da festa profana. Se temem o povo até no seu direito ao prazer imaginem no seu direito à política, às riquezas e ao trabalho livre. Na história do carnaval — partindo das originais manifestações no Rio — o povo sempre significou ameaça. "Controlar os excessos" era a máxima. Nas primeiras décadas do século XX o prefeito geral, Bento Ribeiro, recusou-se a ajudar grupos suburbanos, alegando que estes formariam "perigosos cordões". A imprensa ajudava na onda com a busca de um carnaval enquadrado.

Fim dos cordões - O desaparecimento dos cordões é visto como sintoma

de índios, dançarinos, morcegos etc.." A história demonstra que os blocos adquiriram cordas, crachás, abadás e fantasias pagas, cronômetro para desfilar e até — pela pressão de Getúlio Vargas — a imposição de "temas nacionais" nas escolas de samba, sem falar que as famílias pressionaram seus diletos filhos para um carnaval de clube contra os "perigos da rua". Como se a violência pudesse ser barrada por seguranças e folia fosse privilégio de quem possui dinheiro.

Coro no decoro - Dona Zica, mulher de Cartola, define os blocos de sujeitos: "Mulher veste calça de homem e homem veste vestido da mulher". Carnaval: inversão de valores. Rachel Soihet em A Subversão pelo Riso, da FGV, escreve: "Ante a disseminação da visão do carnaval como uma festa perigosa, depravada, na qual "as ligações mais secretas transparecem em que a virgindade é dúbia e (...) inútil, a honra, uma caceteação, o bom senso, uma fadiga", a imprensa desenvolve forte campanha contra as situações consideradas atentatórias à moral. Difunde a concepção dos médicos e juristas dos primórdios da República de que o ideal de progresso e civilização passaria, obrigatoriamente, pelo comportamento moral. Na verdade,

da Silva, o Batata. Chance de brincadeira aos profissionais que trabalham durante a festa. Também saem na quarta os tradicionais Urso Maluco Beleza e o Jaula, integrado pelos foliões presos. A troça Vassourões de Olinda, formado por garis, também "profana" o início da Quaresma. No Rio marcou época o Chave de Ouro, desde 1956, de Pedro Duarte, o Armazém, marcado pela briga (à brincada, segundo ele) de gato e rato com a polícia nas ruas do Engenho de Dentro.

Breve visita a 1906 - Há 100 anos, enquanto em Le Mans-FR aconteceria o primeiro grand-prix da história o Rio ostentava seus bravos 35 automóveis. O Presidente da República era Afonso Pena. Para se ter uma idéia da "desintegração nacional", em Blumenau, Santa Catarina, das 102 escolas existentes, 81 ensinavam alemão, 17 italiano e apenas 4 usavam a língua portuguesa. Era realizado no Rio, em 15 de abril, sob a liderança anarquista, o I Congresso Operário Brasileiro, primeiros passos na organização dos trabalhadores. Inúmeras greves aconteceriam em SP, RJ,



Desenhos Rosa Magalhães e Carlos Revista Fon-Fon

Pela primeira vez o Brasil ouviu o "salve o lindo pendão da esperança" do Hino à Bandeira, de Francisco Braga e Olavo Bilac. O carnaval carioca mudava da Rua Ouvidor para a recém inaugurada Avenida Central (atual Avenida Rio Branco). O povo saudaria a mudança, à francesa, que provocou o "bota-fora" na retirada dos cortiços do centro para

"Mulher veste calça de homem e homem veste vestido da mulher". Carnaval: inversão de valores.

de que "Momo está se civilizando", publicava o jornal A Noite em 1914: "Noutros tempos as nossas ruas se enchiam de turbulentos. Numa tarde as prisões ficavam apinhadas de desordeiros. Quem fosse a um necrotério teria uma impressão dolorosa: lá

estavam sobre as mesas, mortos, uma porção de indigentes vestidos



com suas denúncias, a imprensa contribuía para acentuar a rotulação negativa atribuída ao carnaval nas duas primeiras décadas do século XX, visando a dele afastar as pessoas honradas".

As cinzas do Festim - Em 1996, o cardeal primaz do Brasil, Dom Lucas Moreira Neves tentou acabar com o estica do carnaval sobre a quarta-feira. A reação dessa resistência marota — invadindo a fronteira do sério — frustrou o religioso. Saíram o Bacalhau do Batata no Recife, Carlinhos Brown com o arrastão da orla em Salvador e foi mantido o encontro dos trios de Salvador, iniciada em 1986. Dona Selma do Coco manteve O Coco da Ressaca em Olinda. O Bacalhau foi criado em 1962 pelo garçom Isaias Ferreira



Recife e RGSul.

Nos ares, Santos Dumont, em 23 de outubro, sairia do chão e pilotaria o seu 14-Bis por 60 metros (a incríveis 3 metros do chão), e realmente, inauguraria o ano do Brasil na França — embora aqueles irmãos norte-americanos, em 1903, tivessem feito em seu quintal uma saída do chão, sem navegar, desceram (ou caíram) e até hoje reivindicam a invenção do mais pesado que o ar. Dumont na vanguarda dos direitos autorais livres (pioneiro da era MP3 pirateada livremente em micros) afirmava: "Não quero patentes, recompensas, nem construo meus aviões para vender. Coloco-os à disposição de todos". O primeiro campeonato carioca de futebol ocorreu na terra do carnaval com um passeio do Fluminense sobre o Botafogo por 8 x 0.

a beira que resultaria no berço do samba Praça Onze. Cantava para o prefeito Pereira Passos: "Ô raio, ô sol; Suspende a lua; Bravo ao velho; Que alarga a rua". Era promovido o primeiro concurso entre clubes, grupos, ranchos etc. Surgiram os bailes mascarados de crianças. Vem cá mulata (Arquimedes de Oliveira e Bastos Tigre): A atriz do teatro de revista Maria Lino lançava a canção na peça O Maxixe, de Dom Quixote (pseudônimo de Bastos Tigre) e João Foca (Batista Coelho). Gravada na Casa Edison por Pepa Delgado e Mário Pinheiro. Sucesso carnavalesco que causou escândalo, por ser o maxixe considerado uma dança obscena: "Somos fanáticos do carnaval; Do povo vivas nós recolhemos; De nós cativas almas fazemos; Batalhamos pela folia; Não receamos nos sair mal".

PCS DO MPU – caminhos para a aprovação

PL 6469/05 já recebeu várias sugestões de emendas e Sindjus estreita entendimentos com parlamentares

O Projeto de Lei referente ao PCS do MPU (o PL 6469/05), que está desde o final de dezembro na Câmara dos Deputados, mesmo antes da abertura do prazo para apresentações de emendas já recebeu várias sugestões. O projeto é alvo de acompanhamento e negociação por parte da diretoria do Sindjus, de forma a garantir sua



Dep. Henrique Eduardo Alves, PMDB-RN, o relator

aprovação em tempo hábil, pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), onde se encontra. A diretoria conversou com o relator, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), durante o período de convocação extraordinária do Congresso e tem mantido entendimentos com os parlamentares sobre o tema.

Devido à importância do PCS para os servidores do MPU, o sindicato entende que o momento - de início do ano legislativo, exige atenção e acompanhamento

por parte dos servidores do MPU, uma vez que está sendo realizada a análise das emendas apresentadas, pelos assessores e deputados que integram a CTASP.

Dentre as propostas de emendas destacam-se as seguintes:

FUNÇÕES: Aborda as funções de confiança, tema tratado no artigo 4o. do projeto e possui o mesmo conteúdo já aprovado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), sugerido pelo conselheiro Hugo Cavalcanti. Conforme o PL da forma como está, integram o quadro de pessoal do MPU as funções de confiança FC-1 a FC-3 e os cargos em comissão CC-1 a CC-7, para o exercício de atribuições de direção, chefia e assessoramento. A emenda propõe que se continue com as funções comissionadas de FC-1 a FC-6 e que sejam constituídos cargos em comissão somente as FC-7 e FC-10 (CC1 e CC4).

Estabelece, ainda, que as funções de FC-1 a FC-6 devem ser ocupadas em 100% por pessoas que tenham vínculo com o serviço público e que desses, no mínimo 80% devem ser ocupadas por servidores da carreira do MPU. Quanto aos cargos de comissão, pelo menos 50% devem ser destinados aos servidores dos quadros. Com isso, acaba-se com a farrá da ocupação das funções comissionadas ocupadas por pessoas estranhas ao serviço público.

QUADRO ÚNICO: Refere-se

ao quadro único de pessoal do MPU. Altera o parágrafo único do primeiro artigo do PL, que diz que cada ramo do Ministério Público terá seu próprio quadro de pessoal. Conforme a emenda, existe um quadro único de carreira dos servidores do MPU, de âmbito nacional, para a qual são realizados os concursos públicos de ingresso.

DIREITO DE ADVOGAR: Outro destaque é a emenda que retira o artigo 23 do PL – o que proíbe aos servidores do MP o direito de advogar. A emenda considera que esse artigo contraria a Constituição e afronta direitos e garantias dos brasileiros, já que é livre o exercício de qualquer trabalho ou profissão, atendidas as qualificações que a lei estabelecer. Além disso, o exercício da advocacia é regulado por lei própria – a do Estatuto da Advocacia – que trata das incompatibilidades e impedimentos no exercício da profissão. Motivo pelo qual, no entender do texto, os servidores deveria ser impedidos de advogarem apenas contra os órgãos aos quais estejam vinculados.

O PL 6469 foi distribuído, em regime de prioridade à Câmara. Após sair da CTASP, seguirá para a comissão de Finanças e Tributação e depois, de Constituição e Justiça da Câmara.

Benefícios para os servidores

O PCS permitirá recomposição de salários, garantirá para a categoria um nível adequado de

remuneração e contribuirá para a valorização dos servidores e do serviço que realizam, de forma a melhorar as condições de trabalho destes trabalhadores, assim como a qualidade do atendimento prestado à população. É importante, também, porque aumenta ainda mais os direitos conquistados pelos PCSs anteriores.

Uma das novidades do plano é a instituição do Adicional de Qualificação, destinado aos integrantes da carreira que sejam portadores de títulos, diplomas ou certificados de cursos de pós-graduação, em sentido amplo ou restrito. O adicional incidirá da seguinte forma: 12,5% aos portadores de título de doutor, 10% aos que possuem título de mestre, 7,5% aos que têm certificado de especialização, 5% aos que possuem diploma de curso superior, 2,5% aos ocupantes do cargo de auxiliar portadores de certificado de ensino médio e 1% aos que possuírem conjunto de ações de treinamento que totalizem pelo menos 120 horas.

Serão criadas, ainda, a Gratificação de Perícia, a Gratificação de Projeto - ambas no valor de 35% do vencimento básico mensal do servidor que realizar estes tipos de atividades - e a Gratificação de Atividade de Segurança (GAS), para o analista ou técnico que tenha atribuições relacionadas às funções de segurança (também de 35% do rendimento do servidor).



Roberto Policarpo, do Sindjus, deputado Sigmaringa Seixas, ministro Nelson Jobim e Miguel Fonseca, diretor geral do STF

Tramitação do PL 5845 passa por momento estratégico na Câmara e exige retomada de mobilização pela categoria

As próximas semanas serão estratégicas para a aprovação do Plano de Cargos e Salários (PCS) do Judiciário e vão exigir dos servidores da categoria e do Sindjus muito trabalho de mobilização e negociação em prol da aprovação do projeto (o PL 5845/05). Com o início do ano legislativo, prossegue a tramitação do PL na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A expectativa do sindicato é de que a matéria venha a ser votada por essa comissão até a primeira quinzena de março e aprovada em sua totalidade pelo Congresso até o final de junho.

A comissão de Finanças é considerada a mais importante comissão para a tramitação do projeto de PCS. Enquanto em relação ao mérito da proposta tudo que diz respeito já foi analisado e aprovado na Comissão do Trabalho, esta agora é a etapa em que a Comissão de Finanças tentará adequar o PCS às normas constitucionais, à Lei de Responsabilidade

de Fiscal (LRF) e à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O momento é de se buscar adequação do projeto aos princípios de austeridade fiscal, consubstanciados na LRF e no artigo 169 da Constituição.

Por isso, é tão importante o trabalho da Comissão de Finanças, pois o PCS só poderá ser implementado no momento em que forem atendidos esses dispositivos. Por se tratar de um dos momentos mais delicados na apreciação da matéria, exige negociações com o Congresso Nacional e o Ministério de Planejamento, uma vez que o Governo costuma aproveitar essa etapa da avaliação da matéria para argumentar que não tem recursos suficientes para fazer a adequação.

Como o projeto do PCS foi resultado de amplo debate entre as entidades sindicais e todos os órgãos do Judiciário, é possível afirmar, com segurança, que o impacto financeiro do PCS é perfeitamente cabível dentro do Orçamento de 2006. Mesmo assim, é necessário atenção e acom-

panhamento por parte da categoria.

Trabalho constante

Como forma de dar continuidade a esse trabalho, o Sindjus nem esperou o ano Judiciário começar para procurar o presidente do STF, ministro Nelson Jobim e solicitar seu empenho enquanto chefe do Poder Judiciário, para negociar com o Legislativo e o Executivo a aprovação do PCS.

Na reunião que contou com a participação do vice-líder do governo na Câmara, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF), Jobim determinou várias providências, designou o diretor geral do STF, Orçamento e Finanças do Ministério do Planejamento e determinou que a assessoria de orçamento do STF procedesse várias planilhas com os valores dos tribunais. O ministro manteve contatos, ainda, com o presidente da Comissão de Finanças e Tributação para que fosse designado o relator e ficou de iniciar as negociações com o presidente do STF.

Ficou de conversar, também, com a Casa Civil e a equipe econômica sobre o projeto.

O trabalho técnico junto à secretaria de orçamento da união é de suma importância nesse momento, uma vez que são dirimidas as dúvidas sobre os dados de impacto financeiro e adequação orçamentária do PCS.

O vice-líder do Governo na Câmara, deputado Sigmaringa Seixas, ofereceu sugestões de estratégias para agilizar a tramitação do projeto no Congresso.

Está na hora, portanto, dos servidores do Judiciário marcarem presença na Câmara para demonstrar sua disposição de lutar pelo PCS e fazer com que os deputados vejam o quanto o projeto é importante para a categoria. A presença de todos é fundamental para convencer os deputados e senadores a assumirem a defesa do projeto junto aos outros parlamentares, às lideranças partidárias no Congresso e às autoridades governamentais.

Violência e Desigualdade: males que precisam ser combatidos juntos

Hylda Cavalcanti

O que é mais importante para ajudar a combater a violência no Brasil? Mais verbas e equipamentos para a polícia? Novas leis? Mais viaturas e agentes nas ruas? De acordo com pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Ipea, o grande combustível para a violência brasileira é, mesmo, a desigualdade social. Após analisar dados geográficos e sociais de várias cidades e as medidas utilizadas para combater o crime de 1984 até hoje – inclusive experiências de outros países – os autores do trabalho chegaram à conclusão que os efeitos da alocação de mais recursos para a polícia tendem a ser pífios, em termos de redução da criminalidade, se não forem utilizados em conjunto com o combate a outros problemas estruturais.

O trabalho sugere, como forma de reduzir o problema, o que chama de “prevenção socioeconômica” e medidas de segurança em co-produção com as populações. A idéia é adotar, a partir daí, ações de apoio e inclusão social em áreas com fortes riscos de terem a violência ampliada nos próximos anos. E, também, dar maior espaço às polícias comunitárias daqui por diante, com um sistema de segurança calcado em estatísticas e informações minimamente confiáveis, o que é muito pouco

observado atualmente no Brasil.

De autoria do pesquisador Daniel Cerqueira em conjunto com os técnicos Waldir Lobão e Alexandre de Carvalho (ambos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), o estudo faz uma interpretação da violência brasileira a partir de um quadro real, calcado em indicadores observados nos últimos 25 anos que mostram uma tragédia mais do que anunciada: o número de homicídios cresce, desde 1980, a uma taxa média anual de 5,6%. Em outras palavras: foram registrados 794 mil assassinatos em todo o Brasil, ao longo desse período.

Conforme o entendimento dos autores, as três principais críticas feitas pela sociedade à situação apontam como motivos para o quadro a inexistência de tecnologias e métodos eficazes de prevenção da violência, a falta de recursos e a ausência de real interesse em resolver a questão. Mas, segundo eles, apesar destes serem problemas graves, não justificam a existência de tão alto índice de criminalidade, já que os percentuais se mantiveram altos, também, em estados onde – em determinados períodos – os governos se propuseram a realizar trabalhos bem elaborados tomando como base tais questões – como no Rio de Janeiro e em São Paulo.



U. Dettmar/ABr

O artista plástico Siron Franco monta obra ao ar livre nos gramados do Congresso Nacional em manifestação contra a violência

O que é mais importante para ajudar a combater a violência no Brasil?

Falência da justiça criminal e exclusão social

De acordo com o cruzamento dos dados, Cerqueira, Lobão e Carvalho concluíram que a dinâmica da criminalidade no Brasil nas últimas décadas tem um componente estrutural, marcado pela falência do sistema de justiça criminal (considerado a fonte primária da impunidade) e pelas

vulnerabilidades da população - que cresce de forma desigual, com altos índices de exclusão social.

Para se ter uma idéia, o crescimento da população urbana aumentou em 86 milhões (de 52 para 138 milhões de pessoas) entre os anos de 1970 e 2000. Tal fenômeno, que se deu com mais

intensidade nos grandes centros, gerou uma grande demanda por políticas habitacionais, educacionais e de emprego. E, também, de atendimento nas áreas de saúde e segurança pública que se mostraram insuficientes.

Foram apontados, ainda, como fatores que contribuíram

para esse aumento da criminalidade, o uso indiscriminado de armas de fogo pela população e, por fim, a ausência histórica de uma política de segurança pública que seja ao mesmo tempo "proativa, preventiva e baseada nas comunidades, com planejamento e informações".

Referencial para novas políticas públicas

O trabalho se propõe a servir como referencial para a comparação das políticas de segurança pública consideradas bem sucedidas, inclusive as implementadas em outros países. Em relação ao policiamento, mostra a existência, hoje, de dois novos modelos de organização: o policiamento comunitário e um segundo, orientado para a solução do problema. Dentre eles, os mais comuns são direcionados à orientação de jovens para redução do uso de drogas e para a

prevenção à delinquência. E, ainda, atividades voltadas para as famílias, que incluem programas de visitação, aconselhamento familiar e programas escolares.

O estudo mostra que, no tocante à segurança preventiva, um dos resultados mais expressivos foi observado na Colômbia, onde a capital, Bogotá, teve entre 1993 e 2004 sua taxa de homicídios por cada 100 mil habitantes reduzida em mais de 70%. Entre os colombianos, a violência começou a mudar a partir de 1991, com a

nova constituição do país, que redefiniu o conceito de ordem pública e passou a incorporar à segurança do estado a "estabilidade institucional e a convivência cidadã".

Com isso, as políticas de segurança foram reorientadas com medidas como fortalecimento da polícia metropolitana, aumento de doações orçamentárias para melhoria da infra-estrutura policial e de inteligência, programas educacionais e treinamento

para a segurança cidadã e participação comunitária. Também foram criados, lá, serviços de justiça e de solução de conflitos, melhoria da infra-estrutura prisional e programas de atenção a grupos vulneráveis como indigentes, prostitutas e jovens envolvidos com a violência e o consumo de drogas. Os colombianos investiram na prevenção dos fatores associados à violência e na recuperação de espaços públicos e entornos urbanos críticos.

Sistema tradicional no Brasil

Já no Brasil, com exceção de experiências pontuais envolvendo modelos alternativos de policiamento comunitário, desde 1970 a política basicamente continua organizada segundo os pressupostos do modelo de policiamento tradicional, considerado ultrapassado. Juntam-se aos fatores já tradicionais, questões como ciclo policial reparti-

do, corporativismo exacerbado, visão militarizada da polícia, abismo dos policiais com as comunidades, a falta de planejamento e controle gerencial para a realização de investigações técnicas e, por fim, policiais subvalorizados social e economicamente.

Exemplos à parte, o estudo do Ipea deixa claro: não existe

uma fórmula pronta para se reduzir a criminalidade. Todas as experiências consideradas bem sucedidas dependem, para sua execução, das circunstâncias locais e das condições socioeconômicas. A avaliação desses dados, no entanto, aponta para questões fundamentais que levem à redução dos índices de violência, tais como

a reforma do atual modelo de polícia; controle civil das polícias; uso de aferição empírica e de análises de custo-benefício para alocação de recursos; uso de indicadores e sistemas estatísticos geo-diferenciados para o policiamento preventivo; envolvimento das comunidades e foco dos programas na orientação e supervisão dos jovens.

Crescimento das taxas de homicídios foi maior em Vitória e Salvador

Ao comparar as médias quinquenais das taxas de homicídios por cada 100 mil habitantes nas regiões metropolitanas brasileiras desde 1980, o estudo constatou que o crescimento médio foi de 128,8%. Os maiores aumentos foram observados, especificamente, em seis cidades: Vitória (ES), Salvador (BA), Petrolina/Juazeiro (PE/BA), Porto Alegre (RS) e Campinas (SP). Mas Recife, em Pernambuco, se destaca pelo fato de que, embora tenha apresentado um crescimento inferior da violência, acumulava percentual de crimes maior que o das outras cidades na década de 80 e manteve o número nas décadas seguintes.

Conforme a avaliação dos dados comparativos, a situação é alarmante porque, segundo os pesquisadores, a taxa média de homicídios por cada 100 mil habitantes em 19 das 27 regiões me-

tropolitanas listadas quase que dobrou de 1980 até hoje. Em 1980, pouquíssimos municípios possuíam probabilidade de vitimização acima de 20 pessoas para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2003, todas as regiões metropolitanas brasileiras possuíam taxas de risco de morte, por conta da violência, superior a 20 pessoas.

Grandes também são os percentuais das taxas de crescimento dos homicídios. Em Vitória, foi registrado aumento de 311%. Em Salvador, 300% e no eixo Petrolina/Juazeiro, 286%. Em Recife, já na década de 80, cerca de 25 pessoas morriam vítimas de homicídios por cada 100 mil habitantes. Hoje, esse número de vítimas subiu para quase 73 na capital pernambucana – o mesmo número de vítimas observado em Vitória.

Taxa de homicídios por 100 mil habitantes

| Região Metropolitana | Média 1980-84 | Média 1985-89 | Média 1990-94 | Média 1995-99 | Média 2000-02 | Varição % |
|----------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|-----------|
| Vitória | 18,0 | 26,3 | 49,5 | 77,0 | 73,78 | 311,0 |
| Salvador | 4,2 | 8,5 | 17,3 | 23,4 | 16,9 | 300,2 |
| Petrolina/Juazeiro | 13,1 | 20,6 | 32,7 | 42,7 | 50,7 | 285,9 |
| Porto Alegre | 7,2 | 11,9 | 21,8 | 23,1 | 26,8 | 274,5 |
| Campinas | 11,5 | 12,5 | 18,3 | 32,4 | 37,9 | 230,7 |
| Belo Horizonte | 11,0 | 9,8 | 12,1 | 18,3 | 32,4 | 193,1 |
| Recife | 25,8 | 34,9 | 44,2 | 59,8 | 72,5 | 181,4 |
| Florianópolis | 4,7 | 5,7 | 5,6 | 7,9 | 13,1 | 178,7 |
| Baixada Santista | 18,1 | 22,1 | 24,5 | 45,3 | 50,2 | 178,0 |

Para especialistas, trabalho da segurança precisa ser integrado

Advogada Renata Nóbrega, atual servidora do TRF em Pernambuco e autora de um estudo sobre o papel da polícia contemporânea para a Academia de Polícia de João Pessoa (PB), estudou a fundo a situação da segurança pública nas cidades do ponto de vista da eficácia na atuação policial. Ao seu modo de ver, incremento de viaturas e equipamentos para os policiais são medidas que, se adotadas de forma isolada, proporcionam

maior sentimento de segurança para a população, mas não são suficientes para reduzir taxas de criminalidade. "Funcionam como um paliativo", afirmou, ao enfatizar o motivo pelo qual concorda com os resultados apontados pelo Ipea.

Renata Nóbrega defende o incremento das chamadas polícias comunitárias, tanto que destaca em seu trabalho a importância de se incentivar programas voltados para os jovens e práticas desportivas, dentre outras ações

que possam vir a ser aproveitadas para gerar maior integração entre a sociedade e reduzir as desigualdades. "A parte de proteção socioeconômica, a partir de programas bem fundamentados, apesar de só apresentar resultados de longo prazo, é a mais eficaz fórmula para redução da violência", enfatizou.

De opinião semelhante, o defensor público Anderson Mattar, do Espírito Santo, faz no entanto uma ressalva. Ele acredita que, apesar de ser importante, a aplicação de políticas voltadas

para redução da desigualdade deve obedecer a um conjunto de legislações a serem modificadas no País como um todo, sem que questões como aparato policial e reposição de equipamentos sejam descartadas.

"A implementação de políticas que levem a maior integração social é fundamental, mas não se pode ter a utopia de achar possível deixar de investir em capacitação e aparato policial, porque a segurança da população depende das ações observadas no dia-a-dia", acentuou.

A arte de viver bem

CRISTINA LIMA

Ano novo é sempre um bom momento para recomeçar o trabalho com energias renovadas. Reza a tradição oriental que é a hora para jogar o que é velho no lixo e trazer bons fluidos para dentro de casa e para o local de trabalho. É o momento de buscar harmonização no ambiente para que a rotina seja o menos desgastante possível. No Judiciário e Ministério Público, há servidores que não deixam energias negativas interferirem no rendimento. Seja por meio de ikebana (arranjo de flores), um santinho ao lado do computador ou feng-shui (técnica milenar de harmonização), tem gente que aproveita o dia preocupando-se com o bem-estar da coletividade.

A palavra Ikebana significa a arte de arranjar flores, ramos e galhos naturais numa composição que lhes evidencie a beleza. A prática traz harmonia interior. Foi isso que Ana Lúcia Moraes de Souza, oficial de gabinete da ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Denise Arruda, decidiu fazer para mudar o ambiente de trabalho. Praticante da ikebana há dez anos, a servidora conta que semanalmente leva flores para o gabinete onde está lotada. Há dois anos no gabinete da ministra, Ana Lúcia usa a técnica para mudar o sentimento das pessoas.

Ela segue o estilo Sanguetsu, ministrado pela Fundação Mokiti Okada (MOA), onde se aprende



Ana Lúcia, do STJ, costuma levar flores para o gabinete

que a missão da flor é alegrar a vida, elevar o nível do sentimento humano e harmonizar o ambiente, estabelecendo uma estreita ligação do ser humano com seu Criador, por meio da Natureza. O idealizador desse estilo é o mestre Mokiti Okada (1882-1955), filósofo espiritualista, nascido no Japão. Ele desejava estabelecer um Mundo Ideal, dedicando sua vida à purificação e elevação do espírito do homem. "Tive problemas com uma colega de trabalho. Discutimos pela manhã. À tarde, fiz um arranjo mentalizando um pedido de perdão e deixei

no banheiro. Até o final do dia, já estávamos conversando, e hoje convivemos bem", contou.

No início, houve resistência aos arranjos. Ana Lúcia faz uma ikebana grande na entrada e na mesa da ministra. Leva mini-arranjos para por na sala dela e na dos colegas. "Um deles recusou e disse que aquilo não era coisa de homem", lembrou a servidora. Mas mais do que reclamar, as pessoas elogiam a arte. "Se passo uma semana sem fazer o arranjo, as pessoas sentem falta. Certa vez um advogado perguntou onde estava a ikebana", citou.

Os espiritualistas acreditam que locais onde há disputas judiciais, brigas e sentimentos ruins acabam por transformar o ambiente em um local com energias negativas, que interferem diretamente no homem.

A irmã de Ana Lúcia, a técnica judiciária da 17ª Vara Federal Alessandra Moraes de Souza, também é adepta da ikebana. É a arma que a servidora usa para neutralizar as energias negativas quando sente que o clima no local está "pesado". Certo dia, ela comprou flores e fez o mesmo arranjo em casa e no trabalho. "O arranjo da minha sala não sobreviveu, enquanto o da minha casa durou dias. Quando o ambiente está carregado, a flor, que é muito sensível a isso, não resiste", explicou. Alessandra começou a fazer arranjos há oito anos para se tornar menos agitada e nervosa.

No Ministério Público do DF e Territórios (MPDFT), a promotora de Justiça Adjunta Carolina Rebelo Soares conta a experiência que teve ao entregar uma flor a uma adolescente em situação de risco. Carolina atua na Promotoria de Defesa dos Direitos da Infância e da Juventude e atende também crianças muitas vezes maltratadas pelos próprios familiares. Há um ano, ela faz curso de ikebana e põe arranjos com frequência na sala do trabalho desde outubro. "O sorriso da garota foi indescritível. Despertou para ela o lado bom da vida", afirmou a promotora.

As ligações mágicas entre humanos e natureza

Feng shui é uma técnica de harmonização e integração entre o homem e o espaço, baseada nos princípios filosóficos dos sábios chineses da antiguidade. É cada vez mais difundida na vida moderna. Os chineses viam uma ligação mágica entre o homem e a paisagem, acreditando que a natureza reage a qualquer mudança, e que essa reação



Feng-Shui - espaços e objetos interagem

repercutem no homem.

A arte é mais utilizada em residências, mas as pessoas começam a sentir necessidade de utilizá-la no local de trabalho. "Mas o Feng Shui não é

uma solução mágica para os problemas. A maior preocupação é com a qualidade de vida, como equilibrar melhor um ambiente para que as pessoas trabalhem no local com mais vitalidade, energia e bom-senso para lidar com as adversidades", afirmou a consultora de Feng Shui Arlete Soares.

Seguindo práticas do Feng Shui, a servidora Joana D'Arc Alves, assessora do gabinete do desembargador Vaz de Melo, do Tribunal de Justiça do DF e Territórios (TJDFT), transformou positivamente o pouco espaço que existe na sala. Ele orienta os demais funcionários a prestar atenção se algum objeto traz desconforto. "É preciso usar a intuição para perceber o que aquela determinada peça traz pra você. Se há algo que o incomoda, troque-o de lugar", ressaltou.

Joana D'Arc pede também para que o servidor não fique de costas para a porta. "Isso é ruim. A pessoa fica envolvida com o trabalho e não percebe o

que está acontecendo por trás", comentou. Para ela, que está no TJDFT desde 1992, o mobiliário e o pouco espaço entre as mesas complica a aplicação de práticas de Feng Shui. A orientação é que as pessoas trabalhem nos lugares onde se sentem melhores.

Joana D'Arc segue outros conselhos, como não deixar a porta do banheiro aberta, por ser um lugar de escoamento de energia, e joga fora objetos trincados que não podem mais ser reaproveitados. Papéis velhos vão direto para o lixo. "Com a informatização, trabalhamos com menos papéis. Mas os que se acumulam no gabinete são jogados fora. Não ficamos guardando coisas velhas", contou.

No TJDFT, os servidores contam ainda com grupos de oração de Católicos e Evangélicos. É uma forma de, nos intervalos do expediente, dedicar-se ao espírito e alma. Em alguns gabinetes e varas é comum funcionários pararem às 18h e rezarem uma ave-maria.

Santinhos e objetos sagrados também são vistos em cima de mesas e computadores.

No STJ, o Programa Qualidade de Vida levou no ano passado uma arquiteta e consultora da técnica para mostrar aos servidores como mudar a disposição dos móveis e orientar que coisas quebradas e velhas não devem ser mantidas no local de trabalho. Pelo menos 20 pessoas participaram da oficina. Edmilson Lima Moura Filho, coordenador do projeto Vida Ativa do programa, disse que a intenção é proporcionar aos funcionários do tribunal melhores condições no ambiente. Há também ginástica laboral e semana da saúde, atividades organizadas pelo tribunal.

Para ele, levar oficinas de ikebana e feng shui para o STJ é uma forma de criar um ambiente mais agradável. "Percebemos melhora na socialização entre servidores. Esse ano, em maio, faremos uma semana com oficinas como essas", contou Edmilson. O STJ tem 2.800 servidores.

Dicas para melhorar o ambiente

- Mantenha a casa ou o local de trabalho sempre bem arejados.
- É importante que a luz do sol possa entrar.
- Evite colocar vasos de plantas apoiando portas.
- As portas dos banheiros devem estar sempre fechadas. A regra também vale para os vasos sanitários.
- Objetos trincados ou quebrados devem ser jogados no lixo, pois perdem a forma e a energia positiva.
- Papéis velhos e sem utilidades devem ser jogados fora.
- Dispense quadros com imagens negativas, como de guerra ou sangue.
- Não sente de costas para as portas.
- É preciso administrar os relacionamentos, e sempre lembrar que não estamos sozinhos, que o trabalho deve ser em equipe.
- Propiciar um ambiente harmonioso é benéfico sob todos os aspectos: Trabalha-se com mais disposição, não se dá espaço para intrigas, menos tensão é gerada e o fruto do trabalho possui maior qualidade.

Festival de música

CantaCUT traz de volta ao Brasil efervescência musical e descoberta de novos talentos na nossa música popular



A época efervescente dos festivais, que revelaram ao mundo a genialidade de artistas como Caetano Veloso, Chico Buarque, Nara Leão, Elis Regina e outros tantos, está de volta. Vem aí o Canta CUT - o 10. Festival da Nova Canção Brasileira - promovido pela CUT. A iniciativa tem a proposta de garantir, por meio da descoberta de novos talentos na música, a diversidade cultural de cada região brasileira. Ao mesmo tempo, tenta abrir horizontes que conduzam a experiências diversificadas para os trabalhadores, propiciando, quem sabe, nova perspectiva de vida.

As inscrições são gratuitas e acontecem até o dia 10 de março, podendo se inscrever qualquer pessoa maior de 18 anos com, no máximo, duas composições por autor. O festival será realizado em duas etapas: a classificatória e a final. A primeira fase, terá duração de três meses. Está sendo dividida em seis regiões, que correspondem às áreas de atuação das escolas sindicais da CUT (centralizadoras das inscrições). São essas: Belém (PA), Recife (PE), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Florianópolis (SC) e São Paulo (SC).

Os finalistas em cada região (serão 12, ao todo) participarão de uma final em São Paulo, quando concorrerão a prêmios que totalizam R\$ 26 mil e farão parte de um DVD gravado ao vivo. Para o 1º lugar, o prêmio é de R\$ 10 mil. O segundo colocado, levará R\$ 5 mil. A melhor letra também receberá R\$ 5 mil e o melhor intérprete e a música preferida do júri popular serão premiados com R\$ 3 mil cada.

Classificação para a final

De acordo com os organizadores do festival, as canções inscritas serão selecionadas por um júri nomeado pela comissão organizadora, com base no material gravado e enviado pelos compositores em formato CD de áudio. O CD deverá ter capa com o nome tanto dos autores como também dos intérpretes. Em cada região, o júri deverá escolher somente duas composições, que serão automaticamente classificadas para a final.

Caberá à comissão nacional organizadora do festival, utilizar critérios técnicos, artísticos e musicais para compor a comissão julgadora, que será formada por nomes de reconhecida competência e autoridade na área musical.

As composições a serem inscritas precisam ser inéditas e em língua portuguesa, não podendo fazer parte de nenhum catálogo de gravadora ou produtora para efeito de distribuição comercial no mercado fonográfico. Deverão ser acompanhadas de ficha oficial de inscrição, partitura ou cifra correspondente, letra da canção em três vias impressas e currículo profissional (artístico) dos autores, com um máximo de dez linhas.

Segundo ainda os organizadores, o número de inscrições aumenta a cada dia, desde que foram abertas, em dezembro passado. Regulamento, locais e ficha de inscrição estão no Portal do Mundo do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores – www.cut.org.br e no site do Sindjus – www.sindjusdf.org.br. Seja você também um dos participantes. Revele para o Brasil todo o seu talento!

Sindjus aproveitará para reunir músicos da categoria

No próximo dia 21, os músicos, intérpretes, arranjadores e compositores que integram a carreira do Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal têm encontro marcado na sede do sindicato, a partir das 18h. A entidade vai reunir todo esse pessoal para decidir, com eles, uma política para área.

A idéia de valorizar os talentos musicais dos artistas que durante o dia possuem um outro lado, trabalhando nos tribunais e órgãos do MPU, é antiga. Faz parte das ações que visam maior integração entre os servidores, dentre as várias iniciativas promovidas pelo Sindjus. Caberá aos interessados participar do encontro para ajudar na decisão. O Sindjus espera por você.

Dois anos da chacina de Unaí

No dia 28 de janeiro, a chacina de Unaí (MG), em que foram assassinados quatro fiscais do Ministério do Trabalho, que investigavam o trabalho escravo na região, completou dois anos, sem que os mandantes do crime tenham sido condenados. Os acusados, Antério e Norberto Mânica, dois dos maiores produtores de feijão do País, estão livres, cuidando dos negócios. O fato foi lembrado pelo colunista da Agência Carta Maior, Leonardo Sakamoto, que já havia protestado contra a impunidade quando a chacina completou seis meses.



Juizados eletrônicos

Foto: Jorge Campos



No dia 2 de fevereiro, o Conselho da Justiça Federal assinou convênio com os Ministérios da Justiça e das Comunicações para ampliar o acesso virtual de cidadãos à Justiça Federal. Quase 3,2 mil pontos de acesso foram instalados em municípios de todo o País, onde será instalado o sistema de processo eletrônico dos juizados especiais federais. Assim, os usuários poderão iniciar ações, principalmente em causas previdenciárias, sem a necessidade de se deslocar até um fórum federal.

Solidariedade a Emir Sader

Dezenas de intelectuais de todo o mundo assinaram abaixo-assinado no Fórum Social Mundial prestando solidariedade ao sociólogo brasileiro Emir Sader, que está sendo processado pelo senador Jorge Bornhausen (PFL-SC). O motivo é que Sader redigiu um artigo criticando declarações do senador, na quais ele afirmou que "precisamos acabar com a raça dos petistas por 30 anos".



Intifada na fronteira americana



Organizações civis mexicanas, inspiradas pelo movimento zapatista, iniciaram a organização de uma espécie de intifada (manifestação dos palestinos, com lançamento de pedras), a ser executada na primeira semana de maio, na fronteira do México com os Estados Unidos. O centro da manifestação deverá ser a Ciudad Juarez, onde, no ano passado, morreram 441 pessoas, quando tentavam cruzar a fronteira, em busca do chamado “sonho americano”. Com o objetivo de ampliar o controle sobre os migrantes ilegais, o governo americano planeja construir um muro duplo na região. O muro, de 4,5 metros de altura, será seguido de outro, de 3,3 metros e deverá se estender por 606 quilômetros entre os Estados de Sonora e do Arizona. Será equipado com sensores de movimento, 140 câmaras infravermelhas e 400 holofotes, que iluminarão as barreiras que funcionarão 24 horas por dia.

Subversivos, cuidado!



Durante o Fórum Social Mundial, realizado na Venezuela, a Associação Americana de Juristas denunciou que a tortura sistemática e os desaparecimentos políticos continuam sendo práticas correntes na América Latina. A diferença da época das ditaduras militares é que agora os subversivos são os sem-teto, os sem-terra, os jornalistas e os defensores dos direitos humanos. Integrante do Comitê Executivo da Associação, o paraguaio Martín Almada contou que recentemente foi encontrado uma carta do general paraguaio Francisco Ledezma, de 1997, por meio da qual foi encaminhada uma “lista de subversivos” daquele país a um coronel equatoriano. O militar estava encarregado de organizar em Quito uma reunião da Conferência dos Exércitos Americanos, rede de forças armadas de países de todo o continente.

Todos os homens nascem iguais, mas essa é a última vez que o são.

Abraham Lincoln, sexto presidente dos Estados Unidos (1861-1865)

O clube é bom.
Os serviços melhoraram.
Então venha para o CEFIS



e relaxe.

ATENÇÃO ÀS REGRAS

Consulte o
regulamento

www.sindjusdf.org.br



SINDJUS-DF